

# A ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL E OS ESTADOS UNIDOS: DA CONSTITUIÇÃO DE BRETTON WOODS À REARTICULAÇÃO DE INTERESSES

## *THE INTERNATIONAL ECONOMIC ORDER AND THE UNITED STATES: FROM THE BRETTON WOODS' CONSTITUTION TO THE REARTICULATION OF INTERESTS*

**Rúbia Marcussi Pontes**<sup>1</sup>,

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

E-mail: rubiamarcussi@gmail.com

**Resumo:** O presente artigo investiga a influência norte-americana na institucionalização de Bretton Woods, levando em consideração a perspectiva do liberalismo inserido. Os principais objetivos são resgatar o papel dos Estados Unidos na constituição de instituições, como o FMI e a ONU, e de regimes internacionais, com destaque para o regime monetário e financeiro, de forma a atender aos interesses e objetivos norte-americanos. Em um segundo momento, o artigo investiga o denominado “colapso” de Bretton Woods a partir da perspectiva de que as transformações ocorridas em instituições e em regimes internacionais foram parte de um processo mais amplo de rearticulação de interesses e de objetivos dos Estados Unidos, no contexto de mudanças políticas e econômicas globais nos anos 1970 e 1980. A metodologia consiste na análise de documentos norte-americanos e de fontes secundárias, com autores que abordaram tal temática, visando a identificação dos interesses estadunidenses na estruturação da ordem econômica global, com destaque para o desgaste do liberalismo inserido e uma rearticulação de objetivos na estratégia estadunidense.

**Palavras-chave:** Estados Unidos; ordem econômica; instituições de Bretton Woods; liberalismo inserido.

**Abstract:** The article aims to analyse the American influence in the making of the Bretton Woods institutions regarding the embedded liberalism perspective. The main objectives are to recollect the role of the United States in the design of international institutions, such as the IMF and the UN, and of international regimes, such as the monetary and financial regime, in which American interests and objectives prevailed. Secondly, the article investigates the Bretton Woods “collapse” with the hypothesis that the changes in institutions and international regimes were part of a larger process of US’ interests rearticulation in the context of global economic and political changes during the 70’s and the 80’s. The methodology consists in the analysis of American documents and of secondary sources such as authors whom studied this thematic, aiming to identify American interests in the global economic order, while highlighting the erosion of the post-war embedded liberalism and the rearticulation of objectives in the American strategy.

**Key-words:** United States; economic order; Bretton Woods institutions; embedded liberalism.

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), graduada em Relações Internacionais (2015) e em Ciências Econômicas (2016) pelas Faculdades de Campinas (FACAMP)

## INTRODUÇÃO

A ordem econômica estabelecida no pós Segunda Guerra Mundial é marcada pelo protagonismo de um Estado, a dizer, os Estados Unidos da América (EUA). Para entender seu papel proeminente na constituição da ordem econômica do pós-guerra, é necessário levar em consideração as diversas características particulares de cada administração sem, contudo, desconsiderar a formulação e implementação da grande estratégia estadunidense, entendida aqui como a capacidade de definição de objetivos de longo prazo e de como alcançá-los ao longo do tempo. Isso implica na diversificação de instrumentos de curto prazo para priorizar e alcançar os grandes objetivos (Van Apeldoorn & De Graaff, 2016).

Nesse sentido, o artigo busca reconstituir qual foi exatamente a extensão da influência estadunidense na institucionalização de Bretton Woods, levando em consideração a perspectiva do liberalismo inserido<sup>2</sup> (Ruggie, 1982), de forma a ressaltar estratégia dos EUA, a qual vai além do mero cômputo dos interesses de grupos de pressão que influenciam os tomadores de decisão, no sentido da formulação de uma estratégia coesa. Mas, ao mesmo tempo, também é preciso levar em consideração que os tomadores de decisão não estão isolados – principalmente no caso dos EUA – e o contexto global e os eventos contingenciais também influenciam na formulação e implementação da grande estratégia e, principalmente, nas suas mudanças (Van Apeldoorn e De Graaff, 2016).

Dessa forma, a principal hipótese é que as transformações na década de 1960 e 1970 e o chamado “colapso” de Bretton Woods foram, na verdade, parte de um processo mais amplo de rearticulação de interesses e de objetivos dos EUA no contexto de mudanças políticas e econômicas globais, as quais foram moldadas, em grande medida, por este próprio Estado a partir da busca pela preponderância do dólar e pela liberalização dos fluxos de capitais.

---

<sup>2</sup> A tradução de “*embedded liberalism*” não é feita sem dificuldade, variando entre “liberalismo embutido” e “liberalismo inserido”, sendo esta a tradução utilizada neste artigo

O artigo revisita a literatura especializada no tema e reconstitui tal processo a partir do resgate de documentos e memorandos das administrações estadunidenses, os quais refletem o processo de articulação de interesses tanto na constituição da ordem econômica do pós-guerra quanto na posterior rearticulação de interesses, de forma a readaptar a grande estratégia estadunidense diante do novo panorama e a garantir a preponderância das instituições e da ordem liberal norte-americana.

O artigo está dividido em dois momentos. Primeiramente, será analisado como os EUA articularam a governança econômica global do pós-guerra com base na perspectiva trazida pelo liberalismo inserido. Em um segundo momento, o artigo demonstrará como se deu a rearticulação dos interesses estadunidenses principalmente a partir da década de 1960 até início da década de 1980. Sobretudo, o artigo pretende revisitar como os EUA promoveram mudanças no sistema internacional de maneira singular, readaptando seus interesses e objetivos – compreendidos não como algo unívoco e homogêneo, mas sim como a expressão da grande estratégia estadunidense.

## **1. OS EUA E A CONSTITUIÇÃO DA ORDEM ECONÔMICA GLOBAL DO PÓS-GUERRA**

### **1.1 O compromisso do liberalismo inserido**

O papel singular desempenhado pelos EUA na configuração da ordem econômica internacional no pós Segunda Guerra Mundial (1945-1971) é analisado pelas principais correntes teóricas de Relações Internacionais com “(...) uma variedade de interpretações, mais ou menos complementares, sobre a forma e o conteúdo em que se deu a atuação estadunidense” (Rinaldi, 2015: 209).

Uma das perspectivas que analisa tais rearranjos é a teoria da estabilidade hegemônica, cujo expoente é Charles Kindleberger. Para tal autor, uma ordem econômica internacional estável só poderia ser estabelecida com a presença de uma potência hegemônica, responsável pela manutenção da ordem de forma a garantir a provisão de bens públicos e a ampliação das forças de mercado (Kindleberger, 1973). Os EUA, então, ocupariam tal posição singular no sistema internacional. Algumas críticas foram feitas principalmente à conexão entre hegemonia e estabilidade proposta pela teoria da estabilidade hegemônica

(Gowan, 1999: 32), enquanto outras se concentraram, na década de 1980, na possibilidade de cooperação entre Estados independentemente da presença de um hegêmon no sistema internacional, uma temática que se inseriu no contexto de questionamento sobre a sustentação do poderio estadunidense. Nesse sentido, consideramos a interpretação de Kindleberger insuficiente para explorar o que Ruggie (1982) denominou como propósito social do regime internacional que se estabeleceu no pós-guerra, o qual contou, sem dúvida, com papel preponderante dos EUA, mas que também conciliou – com limites e especificidades – o multilateralismo e a busca pela estabilidade com certa autonomia nacional (Rinaldi, 2015).

A ordem econômica que emergiria no pós-guerra seria caracterizada pelo fim do que Karl Polanyi (1944) chamou de contradições entre capitalismo internacionalista no seio de uma sociedade internacional estatal e pelo início de um período de gerenciamento das transações econômicas internacionais através de colaboração interestatal (Polanyi, 1944 *apud* Ruggie, 1982: 387). Assim, o liberalismo restaurado seria virtualmente distinto do liberalismo *laissez-faire* do século XIX (baseado no livre comércio e no informal padrão ouro), dada a necessidade de estabilidade doméstica sem fomentação de rivalidades nacionalistas. Surgia, então, a essência de um compromisso no seio do liberalismo inserido (Ruggie, 1982: 392; Helleiner, 1994: 3).

Tal compromisso estava baseado em uma ordem internacional multilateral em consonância com políticas intervencionistas domésticas, aplicadas com certa autonomia pelos Estados, e que visavam à estabilidade e à regulação dos mercados – conjunção esta que o liberalismo inserido caracteriza como propósito social da ordem econômica global<sup>3</sup> do pós-guerra (Rinaldi, 2015: 210). Enxergar os regimes do pós-guerra como regimes liberais com os Estados “trapaceando” na esfera interna é, então, uma visão que não captura a complexidade do compromisso do liberalismo inserido (Ruggie, 1982: 398).

---

<sup>3</sup> É importante pontuar que o presente artigo compreende o conceito de governança econômica global como um conjunto de normas, práticas e procedimentos que pautam as relações interestatais na denominada governança da economia global. Nesse sentido, o regime monetário e financeiro das instituições de Bretton Woods é entendido como parte da governança econômica global, mas o artigo não pretende de forma alguma igualar tais dimensões. Para uma discussão aprofundada sobre o conceito de governança global, conferir a coletânea de: HEWSON, M.; SINCLAR, T. 1999. *Approaches to Global Governance Theory*. New York: State University of New York Press.

Um conceito essencial na análise de Ruggie é o de regime internacional, cuja definição clássica é apontada pelo autor como instituições sociais em torno das quais as expectativas dos atores convergem em determinada área, havendo, portanto, limitação do que as unidades que fazem parte de um regime podem ou não fazer. O autor vai além e propõe uma tipificação de regimes como constituídos por princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisão, cada um com conteúdo específico (Ruggie, 1982: 380). O liberalismo inserido apresenta, assim, um forte nexos institucional que se cristalizou nas instituições e nos regimes do pós-guerra.

Com tais proposições, Ruggie (1982) dialoga com a teoria da estabilidade hegemônica no que está relacionado à possibilidade de mudanças não somente nos regimes como também dos regimes. De acordo com esta perspectiva, os regimes podem mudar em dois sentidos: com ascendência ou declínio das hegemônias e sendo mais ou menos abertos. Entretanto, Ruggie não acredita que uma explicação linear seja suficiente para compreensão dos fatos sociais, pois regimes são mais do que simples reflexos da distribuição dos poderes interestatais. Assim, usando a essência do propósito social presente no liberalismo inserido, o autor afirma que é possível haver uma situação sem uma potência hegemônica e, mesmo assim, não haver o colapso de regimes, desde que os propósitos que os sustentam sejam mantidos constantes. O resultado seria mudanças nas instrumentalidades e nas normas de governança (*norm-governed changes*) (Ruggie, 1982: 380).

Nesse sentido, embora a institucionalização tenha sido uma faceta importante tanto no sistema internacional quanto na esfera doméstica estatal - que contou com “(...) dispositivos negociados de moderação de demandas salariais; mecanismos de coordenação de investimentos e políticas monetária e fiscal anticíclicas” [Cruz, 2009: 5] -, é importante colocar que elas não são estruturas fixas determinantes das práticas e resultados dos atores sociais: “as instituições cristalizam compromissos decorrentes do entrelaçamento de forças sociais, e se realizam apenas através do comportamento dos agentes, que as transformam permanentemente, em maior ou menor grau, com sua atividade” (Cruz, 2009: 5).

É, portanto, essencial analisar como o compromisso do liberalismo inserido se manifestou no nexos institucional, mas sempre levando em consideração que as instituições do pós-

guerra foram forjadas a partir da ação de agentes representando Estados, com destaque para, evidentemente, os EUA, movimento a ser analisado a partir de agora.

## **1.2 O papel dos EUA na tripla institucionalização de Bretton Woods**

A ordem econômica que se seguiria no pós-guerra começou a ser elaborada muito antes da conclusão desta, com ativa participação dos EUA. Nesse sentido, a aliança entre norte-americanos e ingleses expressa na Carta do Atlântico de 14 de agosto de 1941 é considerada como um dos grandes marcos dos princípios segundo os quais as duas nações atuariam no conflito. Para além, o primeiro-ministro inglês, Winston Churchill, e o presidente norte-americano, Franklin Roosevelt, fizeram com que a Carta do Atlântico se tornasse um dos documentos basilares para a constituição multilateral da governança econômica global no período posterior à guerra (Cruz, 2005: 7; Rinaldi, 2015: 212).

A Carta enunciava, em oito parágrafos, quais seriam os princípios que guiariam a conduta dos EUA e do Reino Unido e suas esperanças de um mundo melhor, apesar de não se configurar como um tratado internacional. Sua 5ª cláusula preconizava a necessidade de colaboração entre todas as nações especialmente no campo econômico, buscando garantir avanços econômicos e seguridade social. A 8ª cláusula, por sua vez, cunhava a importância do estabelecimento de um sistema permanente de segurança geral, em conjunto com o abandono do uso da força pelos Estados – noções que seriam caras à vindoura Organização das Nações Unidas (ONU).

A Carta do Atlântico de fato proporcionou um forte senso de esperança global. Seu simbolismo foi reconhecido na assinatura de uma nova declaração em 24 de setembro de 1941, a qual apoiava os princípios e cooperação propostos pelos líderes inglês e norte-americanos (United Nations, 2017 a), e em uma terceira declaração em 1º de janeiro de 1942, que se tornaria a Declaração das Nações Unidas, com 26 países comprometidos nos esforços de guerra e na busca por uma paz única (United Nations, 2017 b).

É interessante notar que, embora a Carta cristalice a aliança anglo-americana, as preocupações de ambos os países com a guerra já vinham sendo discutidas há mais tempo. Em dezembro de 1940, o primeiro-ministro Churchill fez o que chamou de “(...) uma

afirmação do mínimo necessário para o alcance do [nosso] propósito comum<sup>4</sup>” (Churchill, 1940 *apud* United States Department Of State, 2017, tradução nossa) ao presidente Truman, descrevendo a situação inglesa na guerra e como a prometida ajuda norte-americana era crucial.

As discussões foram se aprofundando nesse sentido, mas a preocupação com questões posteriores ao fim da guerra – independentemente de quando ela acabasse – já estavam postas. Em junho de 1941, o então Consultor Financeiro do governo britânico, John M. Keynes, escreveu para o Assessor do Departamento de Estado norte-americano, Dean Acheson, que era essencial pensar nos suprimentos alimentícios e nas matérias primas necessárias para a reconstrução dos países devastados pela guerra – independentemente de qual fosse a reorganização política no pós-guerra na Europa. Sua sugestão era que um Comitê anglo-americano preparasse uma lista das necessidades de tais países nos seis meses posteriores ao armistício. Keynes também enumera suas preocupações com questões como *commodities* e as fontes de financiamento para a ajuda no período do pós-guerra<sup>5</sup>, o que já ressaltava a importância da reconstrução econômica (Keynes, 1941 *apud* United States Department Of State, 2017).

Nota-se que a concertação anglo-americana possuía diversidade de pontos de discussão e de planejamento. Entretanto, é essencial destacar que uma assimetria marcava as negociações entre os países no plano cognitivo, o que inevitavelmente era traduzido em divergências materiais de interesses (Cruz, 2005: 9). Churchill afirmava que não fazia um apelo aos EUA, mas era evidente que os países se encontravam em situações profundamente diferentes para as negociações, com o Reino Unido desejando manter sua antiga posição e os EUA já demonstrando sua “vocaçãõ hegemônica”, atuando no sentido de garantir sua preponderância financeira e intelectual (Cruz, 2005: 8).

---

<sup>4</sup> Do original: “*If, as I believe, you are convinced, Mr. President, that the defeat of the Nazi and Fascist tyranny is a matter of high consequence to the people of the United States and to the Western Hemisphere, you will regard this letter not as an appeal for aid, but as a statement of the minimum action necessary to the achievement of our common purpose*” (Churchill, 1940 *apud* United States Department of State, 2017).

<sup>5</sup> Do original: “*(...) My suggestion was that we should invite the representatives of these countries with whom we are in contact to prepare a preliminary list of their probable post-war requirements in order of priority, covering e.g. the first six months after the armistice. These should then be studied by a joint Anglo-American Committee and criticised, since it would be contrary to human nature to suppose that they would not be on the ample side*” (Keynes, 1941 *apud* United States Department of State, 2017).

As diferenças entre as nações foram cristalizadas em um longo processo de negociação do Acordo de Ajuda Mútua (Empréstimo e Arrendamento), assinado em 23 de fevereiro de 1942. As compras inglesas de materiais de guerra e de alimentos dos EUA entre 1939 e 1941 haviam exaurido as reservas de ouro e seus dólares, que haviam sido usados para os pagamentos. Assim, com a entrada dos EUA na guerra oficialmente, Mann (2013: 25) ressalta que a colaboração e os empréstimos seriam garantidos pelo acordo – sob a condição de que os termos de pagamento incluíssem a abertura econômica inglesa no pós-guerra. E assim foi feito: em um contexto em que mais US\$ 3,75 bilhões foram emprestados para o Reino Unido entre 1945 e 1946, os EUA pressionaram Londres na busca pela eliminação de vantagens comerciais que excluía produtores americanos do mercado inglês (Maier, 1997: 608).

As negociações das organizações e dos regimes internacionais também foram marcadas pela assimetria entre as partes, com o papel preponderante dos EUA. Nesse sentido, uma das principais estratégias empregadas foi a fragmentação da governança econômica global em três instâncias, cada qual com um sistema de regras capaz de atrelar as nações menos desenvolvidas à ordem institucional por meio de diferentes mecanismos (Benvenisti e Downs *apud* Rinaldi, 2015: 225). Tal fragmentação foi cristalizada no Fundo Monetário Internacional (FMI), no Banco Mundial (BM) e no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a chamada tripla institucionalização de Bretton Woods.

Tal conferência, denominada como Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas em Bretton Woods, foi realizada em julho de 1944 com a presença de 44 nações e marcou a criação das bases do regime monetário e financeiro do pós-guerra. Os acordos de Bretton Woods entraram em vigor em 27 de dezembro de 1945, quando representantes de 28 países, incluindo os EUA, assinaram o acordo constitutivo ao mesmo tempo (United States Department Of State, 2017a). Ocorria, assim, a institucionalização do liberalismo inserido como regime internacional (Ruggie, 1982).

Alguns dos objetivos da nova ordem econômica que se forjava eram a estabilidade do sistema monetário e financeiro internacional e a reconstrução dos países afetados pela guerra na Europa, o que foi traduzido no FMI e o BM (originalmente, Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento, BIRD), “(...) que visavam, respectivamente,



assegurar a estabilidade monetária e financeira e garantir os investimentos que sustentassem o crescimento econômico” (Rinaldi, 2015: 213).

O Departamento do Tesouro dos EUA ocupou papel de destaque nas negociações dos acordos de Bretton Woods, principalmente através na figura do Secretário Adjunto Harry Dexter White. Ele garantiu que a constituição das instituições de Bretton Woods fosse moldada de maneira a garantir a primazia dos interesses estadunidenses com proeminência do dólar e um sistema econômico internacional no qual a liberalização comercial fosse incentivada. Keynes, enquanto assessor do Ministério da Fazenda do Reino Unido, já era conhecido por ideias como a Clearing Union, tendo lutado, em Bretton Woods, pelos mecanismos nacionais de proteção das economias e pela busca de níveis elevados de pleno emprego antes de uma total liberalização do comércio – visão oposta à defendida pelos representantes dos EUA, que preconizavam o livre comércio como forma de alcançar desenvolvimento econômico (Cruz, 2005).

Tanto Keynes quanto White estavam preocupados com uma ordem econômica internacional estável, o que foi cristalizado no regime monetário internacional calcado no ouro como âncora, com o preço do dólar fixado em relação ao ouro. Outro importante elemento da ordem foi o estabelecimento de controles de fluxos de capitais pelos Estados (Gowan, 1999: 16).

A síntese da conferência, na qual países além dos EUA e do Reino Unido tiveram pouco ou nenhum poder de influência (Mann, 2013: 26), favoreceu os EUA, que garantiram seu poder principalmente no FMI com o cargo de vice-diretor geral sendo sempre destinado a um norte-americano. Entretanto, a maior vitória foi possivelmente traduzida no sistema de quotas equivalentes às contribuições monetárias nacionais iniciais: quem tivesse a maior quota seria o responsável pela convocação da inauguração do Fundo (e do Banco); evidentemente, os EUA ocupavam tal posição com as maiores quotas tanto no FMI<sup>6</sup> quanto no BM (United States Department Of State, 2017a). Para além disso, o primeiro sistema

---

<sup>6</sup> Conforme aponta Belluzzo (2009: 52), “o problema do FMI não é seu poder excessivo, mas sua deplorável submissão ao poder e aos interesses dos Estados Unidos”, em uma trajetória que se tornou alvo de críticas: “de organismo multilateral criado para limitar o poder dos financistas e assegurar condições para políticas expansionistas nos países industrializados, o FMI converteu-se em guardião da ortodoxia financeira e sinônimo de estagnação no Terceiro Mundo” (Cruz, 2005: 13).

formal de regulação financeira internacional foi estabelecido, uma vez que o padrão ouro havia sido informal (Mann, 2013: 26).

Por fim, o terceiro pilar da institucionalização de Bretton Woods estava relacionado a uma organização que tratasse principalmente da liberalização comercial internacional, o que foi traduzido na Organização Internacional do Comércio (OIC), cuja carta constitutiva foi assinada em 24 de março de 1948 por 53 países, após a Conferência das Nações Unidas em Havana. O Departamento de Estados dos EUA teve, nesse caso, novamente um papel proeminente, com seu diretor de política comercial, Clair Wilcox, atuando na negociação da Carta de Havana (Mesquita, 2013: 26). O tratado constitutivo da OIC, porém, não foi ratificado pelo Congresso norte-americano após diversas tentativas, com uma parcela de representantes interessada na manutenção de políticas tarifárias. Enfim, em 1950, o presidente Truman anunciou que não buscaria mais a aprovação legislativa (Mesquita, 2013: 26).

Nesse contexto, somente o capítulo 4 da Carta foi adotado por 23 países, incluindo os EUA, no que ficou conhecido como o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (da sigla em inglês, GATT). Uma organização *sui generis*, o GATT era responsável pela criação e supervisão do regime multilateral de comércio com base nos princípios da nação mais favorecida, não discriminação e reciprocidade nas relações comerciais (Maier, 1997: 622-23; Cruz, 2005: 17-9).

É essencial notar, para além da tripla institucionalização de Bretton Woods, a criação da ONU e o papel dos EUA em sua constituição, com a liderança conjunta do Departamento de Estado norte-americano e do Reino Unido na Conferência de Washington, que reuniu 26 países em 1942 e semeou a necessidade de solidariedade entre as nações. Tal encontro foi essencial para a Conferência de Dumbarton Oaks, cujos debates foram concluídos em 7 de outubro de 1944 com um projeto estruturante de uma organização internacional das Nações Unidas, que contaria com uma Assembleia Geral (AG) e um Conselho de Segurança (CS). É importante ressaltar que o documento original foi redigido pelo Departamento de Estado norte-americano (United Nations, 2017c).

Em fevereiro de 1945, na Conferência de Yalta, o procedimento de voto do CS e o poder de veto dos membros permanentes (EUA, URSS, Reino Unido, França e China) foram

acordados por Churchill, Roosevelt e Stalin, líder da URSS. Os líderes convocaram a Conferência de São Francisco, que foi o espaço de esboço e de negociações da Carta das Nações Unidas entre 25 de abril e 26 de junho de 1945: a Carta foi finalmente aprovada após 51 dias de debate por unanimidade, junto com o Estatuto da Corte Internacional de Justiça, por 50 delegados nacionais. Entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, quando os membros permanentes do CS e os demais 24 signatários a ratificaram.

É interessante notar que, “devido à preponderância de seu poder e influência durante os anos iniciais no pós-guerra, os EUA tiveram uma distinta, embora não fácil, vantagem em perseguir seu próprio interesse nacional nas Nações Unidas” (Mazuzan, 1978: 318). O engajamento de Roosevelt e de sua equipe na formulação da organização garantiram que seu arranjo final estivesse em sintonia com os interesses norte-americanos; em especial, os EUA podiam contar com uma maioria de pelo menos 42 países aliados para apoiar suas resoluções. Mesmo que a ONU tenha se tornado palco de disputas no período da Guerra Fria, inclusive com representantes norte-americanos já questionando sua eficácia ainda em 1946, é impossível não considerar como os EUA exerceram seu poder na organização (Mazuzan, 1978: 318; Mann, 2013: 31).

Com tal processo de articulação da ordem econômica internacional, é possível observar que seus fundamentos para as décadas vindouras eram, basicamente, três: o regime de câmbio fixo, o ouro como ativo de reserva internacional e a livre conversibilidade entre as moedas nacionais. Nesse contexto, a situação norte-americana era promissora com a promoção da liquidez na economia global através do dólar, sua moeda nacional, sendo aceito mundialmente como meio de pagamento e reserva de valor, e com a promoção da indústria e da tecnologia norte-americanas mundo afora (Belluzzo, 2009: 216). Também é importante ressaltar que os EUA eram os maiores detentores das reservas de ouro no período, as quais chegavam a aproximadamente US\$ 23 bilhões em 1951 (Eichengreen, 2007: 16).

Mesmo assim, os dirigentes norte-americanos precisavam lidar com questões como o desequilíbrio nas relações comerciais com a Europa e com a reconstrução econômica do continente, de forma a incentivar a constituição de um próspero circuito econômico que era

essencial tanto para a sustentação do regime que se constituía quanto para a própria economia dos EUA, que promovia a liquidez para a economia global.

Proveniente dos elevados níveis de importação de bens de capital, insumos, alimentos e produtos manufaturados, o déficit europeu era, em 1937, de US\$ 655,57 milhões; dez anos mais tarde, em 1947, chegava a US\$ 4742,14 milhões (Cruz, 2009: 9). Assim, a reversão do déficit estrutural da balança comercial da Europa com os EUA era um dos focos dos dirigentes norte-americanos para a reconstrução das indústrias europeias e para a elevação dos índices de investimento.

E, para alcançar tais objetivos, Maier (1997: 629) aponta que as políticas da produtividade foram elementos impulsionadores para as ideias de reorganização do pós-guerra, de modo a superar os conflitos de classe com crescimento econômico e afastamento da escassez. Tal perspectiva é interessante para se pensar, em especial, a inclusão e recuperação das economias da Alemanha e do Japão como “nexos de transações econômicas e acumuladores de capital” (Maier, 1997: 629).

Nesse sentido, o Plano Marshall, elaborado pelo Departamento de Estado norte-americano, foi um dos principais instrumentos de assistência que estimularam a recuperação econômica e a reindustrialização dos Estados europeus não com a exportação de tecnologias sociais, mas sim com uma combinação entre elementos externos e internos que permitiram arranjos únicos (Cruz, 2009: 19).

Sob a presidência de Harry Truman, o Departamento de Estado contou com a liderança de George Marshall, que havia trabalhado ativamente nos esforços da Segunda Guerra Mundial e a quem Truman admirava profundamente<sup>7</sup>. Marshall passou a articular um plano de recuperação em conjunto com figuras como George Kennan e William Clayton até a concepção do Programa de Recuperação Europeu, que visava a restauração da estabilidade política e econômica com foco na geração de investimento nas nações, que receberam US\$ 13 bilhões em ajuda até 1951 (The Marshall Foundation, 2017).

---

<sup>7</sup> “Writing in his diary on January 8, 1947, Truman said, “Marshall is the greatest man of World War II. He managed to get along with Roosevelt, the Congress, Churchill, the Navy and the Joint Chiefs of Staff and he made a grand record in China. When I asked him to [be] my special envoy to China, he merely said, ‘Yes, Mr. President I’ll go.’ No argument only patriotic action. And if any man was entitled to balk and ask for a rest, he was. We’ll have a real State Department now”” (The Marshall Foundation, 2017).

Segundo Marshall, em discurso icônico que preconizava o Plano na Universidade de Harvard em 5 de junho de 1947, o segredo para o sucesso da recuperação consistia na “(...) restauração da confiança do povo europeu no futuro econômico de seus próprios países e no da Europa como um todo<sup>8</sup>” (Marshall, 1947 *apud* United States Department Of State, 2017, tradução nossa). O Secretário de Estado afirmou também que as diretrizes de cooperação não eram direcionadas contra um país ou doutrina em específico, dado o contexto de preocupações com possíveis avanços do comunismo, mas sim contra a fome, a pobreza e o caos.

O Plano Marshall foi um programa de transferências unilaterais de dólares estadunidenses para países como a Inglaterra, a Itália e a Alemanha, e sua dimensão fundamental era a reconstrução dos países enquanto economias capitalistas de mercado (Cruz, 2009: 14). Ao mesmo tempo, é interessante ressaltar como o Plano Marshall estava interligado aos interesses de corporações norte-americanas para expansão dos mercados na Europa, com seus fundos ligados à compra de produtos dos EUA (Anderson, 2015: 96). Tal programa, portanto, está relacionado ao argumento de Maier (1997) sobre as políticas de estímulo à produtividade como o motor da política externa e econômica norte-americana, “cujo sucesso [das políticas de produtividade] pode ser julgado pelo fato de que os anos 1950 e 1960 tornaram-se períodos de crescimento sem precedentes e de formação de capital” (Maier, 1997: 628).

Nessas décadas, tanto os países europeus quanto o Japão retomaram suas indústrias e sua capacidade de exportação – com direcionamento de vendas para os EUA em grande medida, em um contexto de desvalorização das taxas de câmbio desses países. Instabilidades, entretanto, não deixaram de fazer parte da ordem econômica global: começava-se a evidenciar um “(...) descompasso entre o que os criadores das instituições de Bretton Woods imaginavam e o que foi obtido” (Cruz, 2009: 18), com desgaste das regras monetárias e cambiais acordadas em Bretton Woods e de crescente aumento do déficit no balanço de pagamentos dos EUA, cujos dólares invadiam o mundo.

---

<sup>8</sup> Do original: “*The remedy lies in breaking the vicious circle and restoring the confidence of the European people in the economic future of their own countries and of Europe as a whole*” (Marshall, 1947 *apud* United States Department of State, 2017).

Além disso, Mann (2013: 27) não deixa de ressaltar que uma tensão permanecia entre um crescente setor financeiro transnacional e as necessidades nacionais dos Estados – ao mesmo tempo em que os chamados “anos dourados” do capitalismo se desdobravam. O crescimento econômico foi evidente, mas as benesses não foram necessariamente a realidade de todos os Estados nacionais.

E, nesse contexto, é importante lembrar que “as instituições cristalizam compromissos decorrentes do entrelaçamento de forças sociais, e se realizam apenas através do comportamento dos agentes, que as transformam permanentemente (...)” (Cruz, 2009: 5). Logo, uma análise que ressalte que as mudanças nos regimes monetário, financeiro e comercial foram mais mudanças de normas do que um real colapso de Bretton Woods são interessantes no sentido que nos permite enxergar as alterações ocorridas principalmente na década de 1970 (Ruggie, 1982: 384)Essas mudanças devem ser encaradas como restaurações adaptativas diante da rearticulação da posição e dos interesses norte-americanos, o que será analisado a seguir.

## **2. O COLAPSO DO LIBERALISMO INSERIDO E A REARTICULAÇÃO ESTADUNIDENSE**

O sistema de Bretton Woods, centralizado na internacionalização do dólar norte-americano e na paridade com o ouro, foi criado em um momento em que os EUA possuíam uma forte relação comercial superavitária, em especial com a Europa (que era deficitária), e eram os maiores detentores das reservas de ouro mundiais. A administração Roosevelt, ao trabalhar na efetivação do sistema de Bretton Woods, não previu que os EUA enfrentariam déficits estruturais no seu balanço de pagamentos, um movimento reforçado pelos gastos militares norte-americanos nas décadas seguintes (Gowan, 1999: 16-7).

Nesse sentido, a situação fiscal do país foi se transformando com o passar do tempo, sendo 1958 um ano de alerta para os EUA: pela primeira vez, o passivo externo norte-americano ultrapassou o valor total das reservas em ouro (Cruz, 2009: 20). Um memorando do Departamento de Tesouro de 30 de outubro de 1958 ressaltava a condição na qual os EUA se encontravam: o fluxo de saída de ouro, até aquele mês, fora de US\$ 2,1 bilhões, com perspectivas de continuidade de até US\$ 150 milhões por mês (United States Department

Of State, 2017 b), o que pressionava a administração norte-americana e abalava a confiança internacional no dólar.

Tais indicadores demonstravam o complexo dilema no qual os EUA, emissores da moeda aceita para as transações e reservas internacionais, com valor fixado em ouro, encontravam-se: “atender a demanda de liquidez da economia internacional em constante expansão – o que implicava acumular déficits em sua balança de pagamentos e debilitar no longo prazo sua moeda –, ou adotar medidas de ajuste interno para fortalecer o dólar – com os efeitos recessivos produzidos por tais políticas” (Cruz, 2009: 21), o que ficou conhecido como o dilema de Triffin<sup>9</sup>.

A situação no balanço de pagamentos continuou a se deteriorar nos anos vindouros. Memorando do Secretário do Tesouro, Douglas Dillon, para o presidente John F. Kennedy, em 12 de março de 1962, alertava para a necessidade de vigilância dos elevados gastos ultramarinos em defesa e em programas de ajuda externa (constatando a necessidade dos Departamentos de Estado e de Defesa na colaboração para redução) e a necessidade de aumento de receitas e de exportações, cujo incentivo deveria ser prioridade (Dillon, 1962 *apud* United States Department Of State, 2017).

Em 14 de maio de 1964, entretanto, a situação não apresentava melhoras, de acordo com as preocupações expressas pelo presidente norte-americano Johnson, que passou a atuar após o assassinato de Kennedy, ao então Secretário de Estado, Dean Rusk, em carta na qual consta seu desejo de manter o dólar em uma situação que fosse tão boa quanto o ouro na taxa de conversão de US\$35 por uma onça<sup>10</sup> (Johnson, 1964 *apud* United States Department Of State, 2017). Porém, as reservas de ouro norte-americanas se tornavam, aos poucos, insuficientes para honrar os acordos de Bretton Woods: as reservas caíram de US\$ 23 bilhões em 1951 para aproximadamente US\$ 16 bilhões em 1964 (Eichengreen, 2007: 16).

---

<sup>9</sup> O dilema de Triffin, exposto pelo professor Robert Triffin em 1959, demonstrava o ciclo em que, para que outros países adquirissem dólares, os EUA precisavam ter déficits; mas esses déficits abalavam a confiança na segurança do dólar (Eichengreen, 2007: 20).

<sup>10</sup> Do original: “On July 18, 1963, President Kennedy, in a Special Message to Congress on Balance of Payments, outlined a comprehensive program to eliminate the deficit in our balance of payments, and stated that this nation will maintain the dollar as good as gold, freely interchangeable with gold at \$35 an ounce.<sup>2</sup> I have reaffirmed the July 18 Message as the policy of this Administration” (Johnson, 1964 *apud* United States Department of State, 2017).

E os déficits no balanço de pagamentos persistiam: entre 1960 e 1969, o saldo líquido (*net liquidity balance*) chegou a apresentar uma média deficitária de US\$ 3,1 bilhões por ano; a deterioração da posição norte-americana desde 1964 foi vista pelo próprio governo como evidente, com as contas de capital (*current and long-term capital accounts*) em déficit de US\$ 3 bilhões em 1970; por fim, em 1971, o déficit nestas contas subiu vertiginosamente para US\$ 8,6 bilhões (United States Department Of State, 2017c).

A situação dos EUA era delicada e os dirigentes norte-americanos buscaram articular uma reforma do sistema monetário internacional que mantivesse o poderio do dólar. Nesse sentido, observa-se mudanças com a criação dos Direitos Especiais de Saque (DES), compreendidos como instrumentos alternativos para a denominação das reservas internacionais, em 1967, no FMI. Entretanto, a implementação dos DES foi tardia, com sua primeira alocação ocorrendo somente em 1970. Ao longo desse período, as reservas de ouro dos EUA continuavam a cair e a paridade entre o dólar e ouro se mostrava cada vez mais débil (Eichengreen, 2007: 11; Cruz, 2009: 24).

Enfim, em 15 de agosto de 1971, o dólar foi declarado oficialmente como inconvertível ao ouro pelo presidente Richard Nixon, com o fechamento da *gold window* (suspensão das transações com o ouro) e com medidas como o congelamento temporário dos preços e salários para um momento de adaptação (Ruggie, 1982: 417; Cruz, 2009: 24). Esse fato, em conjunto com a tendência de abolição dos controles de capitais (nos EUA em janeiro de 1974 e no Reino Unido em 1979), levou ao chamado colapso da ordem econômica instaurada por Bretton Woods, processo concluído em 1973, com o encerramento definitivo do regime de câmbio fixo.

Tal panorama normalmente é apresentado como a derrota de um modo de capitalismo e, em especial, como as origens do derradeiro declínio da hegemonia norte-americana (ainda mais quando se leva em consideração a persistente deterioração do balanço de pagamentos norte-americano), termo que se tornaria um clássico na literatura especializada. A realidade, entretanto, foi muito diferente: “a administração de Nixon estava determinada a romper com um conjunto de arranjos institucionais que limitavam a dominação dos EUA nas políticas monetárias internacionais” (Gowan, 1999: 19), o que foi possível através da



articulação de uma estratégia de transformação<sup>11</sup> do regime monetário internacional em um sistema baseado no padrão dólar flexível e em um sistema financeiro internacional mais aberto (Helleiner, 1994: 13).

Com tal perspectiva em mente, é possível analisar as restaurações e implementações adaptativas da posição e dos interesses dos EUA no contexto em questão, levando em consideração a importância da continuidade e mesmo do expansionismo econômico na ordem liberal estadunidense (Van Apeldoorn e De Graaff, 2016).

O governo dos EUA, em documento elaborado no Departamento de Estado, ressaltou que a crise de 1971 havia sido resolvida não exclusivamente por medidas domésticas norte-americanas, mas também por acordos internacionais, com destaque para o Smithsonian Agreement. Além disso, as políticas norte-americanas estavam sendo trabalhadas, na década de 1970, no sentido de estimular a união monetária na Europa, a liberalização da agricultura no longo prazo e, sobretudo, garantir um sistema monetário multilateral que facilitasse o livre comércio e os fluxos de capitais (United States Department Of State, 2017d).

Isso foi cristalizado no próprio FMI, cujos Artigos foram submetidos a uma reforma que passou a levar em consideração o regime de câmbio flutuante e o estímulo ao livre comércio e à livre movimentação dos fluxos de capitais – objetivos que a política externa norte-americana buscava potencializar (Helleiner, 1994: 106). “Assistia-se, então, a um episódio decisivo no processo de liberalização financeira, eixo da estratégia dos Estados Unidos para restaurar a primazia de sua moeda e reafirmar o seu poder de comando sobre as finanças internacionais” (Cruz, 2009: 29).

A pedido do presidente Nixon, o então Secretário do Tesouro, George Shultz fez, um pronunciamento frente aos líderes do FMI e do Banco Mundial, em 26 de setembro de 1972, expressando grande parte dos interesses e visões que guiariam os EUA nos anos seguintes. Schultz resumiu que “o mundo precisava de um novo equilíbrio entre

---

<sup>11</sup> “Sendo assim, por que a substituição unilateral do regime monetário demorou tanto a vir? Não porque a ideia de operar a mudança fosse nova. Já em meados dos anos 60 ela era claramente formulada por economistas notáveis, que escreviam com a certeza de serem ouvidos (...). No governo Johnson, os que podiam defender essa posição não tinham espaço. Eles passaram a ocupar lugares estratégicos no governo Nixon, quando a Secretaria do Tesouro foi entregue ao ex-governador do Texas, John Connally. Mesmo assim, até a undécima hora, a guinada foi objeto de intenso debate” (Cruz, 2009: 24-9).

flexibilidade e estabilidade (...)” de forma a garantir “um novo equilíbrio entre uma unidade de propósito e uma diversidade de execução que permitirão a cooperação sem que a individualidade ou a soberania sejam ameaçadas<sup>12</sup>” (Shultz, 1972 *apud* United States Department Of State, 2017, tradução nossa).

Shultz também afirmou haver um consenso entre as nações no encorajamento do livre comércio de bens e serviços e no fluxo de capitais, negando que o protecionismo fosse uma saída viável no novo contexto. Essa fala, entretanto, contrasta com o diagnóstico de Helleiner (1994: 9-10), que ressalta que os EUA não apoiaram as ideias de cooperação conjunta dos controles de capitais no início da década de 1970, uma iniciativa que precisava de seu endosso para efetivação e que poderia ter alterado os rumos da ordem econômica global em um sentido totalmente diverso em relação ao que se constituiu.

Para além, o Secretário do Tesouro norte-americano ressaltou a necessidade de flexibilidade para os Estados, no sentido de diversificação de possibilidades de instrumentos para ajuste, e o foco no controle de preços no centro da nova arquitetura do sistema monetário e financeiro internacional – traduzido como um imperativo nacional norte-americano (Shultz, 1972 *apud* United States Department Of State, 2017). A perspectiva norte-americana, então, passava a se orientar para as noções de flexibilidade e estabilidade, que seriam essenciais para a condução de políticas monetárias nacionais, compreendidas como expressões de soberania que precisavam ser respeitadas de acordo com as prioridades dos interesses nacionais – argumento que legitimaria a elevação dos juros norte-americanos em 1979, por exemplo.

O padrão dólar flexível substituiu, como citado, o padrão ouro, de forma que a moeda norte-americana se tornou definitivamente o instrumento central das transações internacionais, na qual os agentes confiavam plenamente. Nesse sentido, é interessante notar os constantes esforços estadunidenses para evitar, ao longo da década de 1970, qualquer tentativa de retorno ao uso do ouro.

---

<sup>12</sup> Do original: “*The new balance of which I speak does not confine itself to the concepts of a balance of trade or a balance of payments. The world needs a new balance between flexibility and stability in its basic approach to doing business. The world needs a new balance between a unity of purpose and a diversity of execution that will permit nations to cooperate closely without losing their individuality or sovereignty*” (Shultz, 1972 *apud* United States Department of State, 2017).

Uma conferência foi convocada pelos EUA no FMI para discutir os efeitos do fechamento da *gold window* e os rumos do sistema financeiro internacional e, nela, os DES foram fortalecidos especialmente através da articulação norte-americana, buscando reduzir o papel do ouro em favor do dólar. Tem-se, aqui, um exemplo de como os EUA são um *regime maker* em relação aos outros Estados, que se tornam *regime takers* diante da reestruturação estabelecida primordialmente a partir dos interesses norte-americanos (Gowan, 1999: 16), mesmo quando se afirmava haver, como o fez Shultz no pronunciamento de 1972, um consenso entre as nações. A aceitação do dólar como moeda para transações também assume uma prerrogativa de assimetria de poder em favor dos EUA, o que ressalta o poderio de senhoriagem do dólar (Gowan, 1999: 20).

Em conversa de abril de 1974 entre Henry Kissinger, Secretário de Estado, e Thomas Enders, Subsecretário para assuntos econômicos e negócios, pode-se observar claramente o objetivo norte-americano de assegurar o papel preponderante do dólar para atender aos interesses norte-americanos:

“Secretário Kissinger: (...) Por quê vai contra nosso interesse ter ouro no sistema? Sr. Enders: Vai contra nosso interesse ter ouro no sistema porque, para que ele permaneça lá, teria que ser avaliado periodicamente. Mesmo que nós tenhamos algumas reservas substanciais de ouro – por volta de 11 bilhões – a maior parte das reservas de ouro oficiais estão concentradas na Europa ocidental. Isso dá a eles a posição dominante nas reservas mundiais e os meios dominantes de criar reservas. Nós viemos tentando nos afastar disso para um sistema que possamos controlar<sup>13</sup>” (United States Department Of State, 2017 e, tradução nossa).

A promoção da diplomacia multilateral norte-americana também é repensada no período sob o comando do Departamento de Estado com Kissinger, que se dedicava cada vez mais à condução dos interesses norte-americanos na política externa. Kissinger ressaltou, em um memorando a representantes norte-americanos, que muitas nações haviam se tornado hostis à postura dos EUA especialmente na ONU e que mais atenção era necessária por parte do Departamento e de seus representantes no sentido de garantir o espaço norte-americano e a promoção dos seus interesses: “em matérias de significância para os Estados

---

<sup>13</sup> Do original: “*Secretary Kissinger: (...) Why is it against our interest to have gold in the system?*”<sup>[1]</sup> Mr. Enders: *It's against our interest to have gold in the system because for it to remain there it would result in it being evaluated periodically. Although we have still some substantial gold holdings – about 11 billion – a larger part of the official gold in the world is concentrated in Western Europe. This gives them the dominant position in world reserves and the dominant means of creating reserves. We've been trying to get away from that into a system in which we can control*” (United States Department Of State, 2017 e).

Unidos, todos os escritórios regionais devem compreender claramente quais são nossos interesses em questões que surgem nos diversos fóruns internacionais e devem buscar o máximo de apoio possível dos países em suas áreas nessas questões<sup>14</sup>” (Kissinger, 1975 *apud* United States Department Of State, 2017, tradução nossa), o que poderia ser feito com as práticas de *lobby* e reforço dos laços bilaterais.

A situação norte-americana, como ressaltado por Kissinger, não era marcada somente por contextos favoráveis: questionamentos às práticas norte-americanas eram feitos tanto na ONU, com forte crescimento do Movimento dos Países Não Alinhados (NAM, da sigla no original) quanto em fóruns como a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), cuja subida de preços do petróleo alterou o mercado internacional drasticamente especialmente em 1973 e em 1979 (Rinaldi, 2015: 223; Helleiner, 1994: 111).

A confiança dos agentes no dólar também começou a ser abalada principalmente a partir da aceleração da inflação norte-americana no governo de Ronald Reagan. Em 7 de agosto de 1979, memorando interno do governo norte-americano expressava que medidas seriam consideradas pelo presidente, que precisaria enfrentar um quadro de crescente inflação e desemprego, bem como uma piora no balanço de pagamentos. Uma política monetária moderadamente expansionista foi aconselhada, de forma a mitigar os problemas que se avolumavam e de forma a reverter a depreciação do dólar (United States Department Of State, 2017 f).

Nesse contexto, o Federal Reserve, banco central dos EUA, promoveu a elevação da taxa básica de juros no chamado “choque dos juros” em 1979, o qual afetou drasticamente as trajetórias nacionais de países como o Brasil. Os EUA haviam colocado, portanto, a si mesmos em primeiro lugar (Helleiner, 1994: 31). Tem-se, novamente, um exemplo claro do poder de senhoriação do dólar, que permitia que os EUA possuíssem gritantes vantagens em relação aos demais Estados ao poderem elevar sua taxa de juros para atender

---

<sup>14</sup> Do original: “*On matters of significant concern to the United States all regional bureaus must clearly understand our interests in issues that arise in the various international forums and must endeavour to gain the maximum possible support from countries in their area on these issues (...). In some cases a simple lobbying effort or a more skilful use of available bilateral tools, however small, may suffice to move another government in our direction*” (Kissinger, 1975 *apud* United States Department Of State, 2017).

a interesses nacionais – sem necessariamente haver uma preocupação com os efeitos que a elevação acarretaria para as demais nações (Gowan, 1999: 25-6).

Helleiner (1994: 114) ressalta que todas essas medidas podem ser compreendidas como parte da nova estratégia financeira liberalizante norte-americana, de forma a garantir a supremacia do dólar, tanto no curto quanto no longo prazos, e a capacidade autônoma dos EUA mesmo no contexto de crescentes déficits. Sobretudo, o panorama internacional de desaceleração das taxas de crescimento econômico, com aumento de taxas de juros, gerou uma descrença em relação às políticas de controle de capitais e de estímulo à demanda agregada através de um forte papel estatal na economia.

O ideário neoliberal começava a ser impulsionado tanto na academia quanto nos quadros administrativos nacionais (e empresariais) – e os EUA foram expressão desse processo com pessoas como George Shultz no centro da transição de um liberalismo inserido para um panorama neoliberal (Helleiner, 1994: 119). Nessa ordem econômica, a concertação entre as nações não era tida como essencial: a flexibilidade e o foco no controle de preços estavam no novo centro, com as finanças no seio das decisões que envolvem o processo produtivo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O papel dos EUA na ordem econômica global no pós-guerra é conhecido. Seu poder foi cristalizado em instâncias como o FMI e o Banco Mundial, em um panorama de crescente preponderância do dólar como moeda com paridade em relação ao ouro. Tal ordem, entretanto, não foi puramente liberal, tendo pressuposto as ideias de multilateralismo e estabilidade interna nacional, que são a base do liberalismo inserido (Ruggie, 1982). Contudo, conforme analisado ao longo do artigo, é possível identificar que o chamado sistema de Bretton Woods sofreu desgastes em um movimento de rearticulação de interesses no qual os EUA ocupam posição central com uma série de medidas que buscavam garantir a centralidade do dólar no regime monetário internacional e a preponderância do sistema financeiro estadunidense.

Nesse sentido, a dissolução do compromisso que sedimentou o liberalismo inserido é compreendida como parte da reestruturação dos interesses nacionais norte-americanos, em

um panorama no qual os interesses das finanças norte-americanas se sobressaíam nas finanças internacionais, crescentemente marcada pela globalização e pela suspensão dos controles de capitais (Gowan, 1999: 30-1). Embora as instituições de Bretton Woods – já criadas para refletir os interesses norte-americanos – tenham permanecido como partes essenciais da arquitetura institucional econômica global, elas também foram profundamente alteradas a partir da rearticulação norte-americana (com destaque para o FMI, que teve seus artigos constitutivos alterados para comportar os Direitos Especiais de Saque, e para o GATT, que viria a se transformar na Organização Mundial do Comércio (OMC) no final da rodada Uruguai, em 1994).

Se os EUA foram o ator chave para a constituição tanto da ordem econômica global do pós-guerra quanto em transformações no seio do desenvolvimento do neoliberalismo<sup>15</sup> a partir dos anos 1980 e 1990, é impossível não pensar qual vem sendo seu papel no século XXI, diante de momentos como a crise financeira e econômica de 2008 e, principalmente, com uma China cada vez mais atuante no sistema internacional. Resta observar quais serão os rumos estratégicos dos EUA durante a presidência de Donald Trump, no contexto de impasses comerciais com a China, que é superavitária nas relações comerciais com os EUA e detém mais de US\$ 3 trilhões em reservas.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. 2015. *American Foreign Policy and its Thinkers*. London, New York: Verso.

BELLUZZO, L. G. M. 2009. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. Campinas: Edições FACAMP.

CHURCHILL, W. [1940]. The British Prime Minister (Churchill) to President Roosevelt. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1940v03/d20>>. Acesso em: 1 ago. 2018.

---

<sup>15</sup> Embora fuja ao escopo da discussão, o neoliberalismo precisa ser pensado sobretudo enquanto uma racionalidade e não somente ideologia ou política econômica empregada por um Estado (Dardot e Laval, 2015: 17). O neoliberalismo normaliza a busca por vantagens individuais no gerenciamento de si na condução das relações interpessoais através na norma da concorrência, retirando as considerações do comportamento ético e deixando pouco (ou nenhum) espaço para a habilidade de cooperação voluntária em grupos, por exemplo.

CRUZ, S. V. 2005. “Comércio internacional em um mundo partido: o regime do GATT e os países em desenvolvimento”. Cadernos CEDEC, n. 77.

CRUZ, S. V. 2009. “Ordem (e desordem) econômica internacional e nova estratégia comercial dos Estados Unidos”. Cadernos CEDEC, n. 82.

DARDOT, P.; LAVAL, C. 2015. *A Nova Razão do Mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.

DILLON, D. [1962]. Memorandum from Secretary of Treasury Dillon to President Kennedy. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1961-63v09/d8>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

EICHENGREEN, B. 2007. *Global Imbalances and the Lessons of Bretton Woods*. The MIT Press.

GOWAN, P. 1999. *The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Domination*. London: Verso.

HELLEINER, E. 1994. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s*. Cornell University: Cornell University Press.

JOHNSON, L. [1964]. Letter from President Johnson to Secretary of State Rusk. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v08/d8>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

KEYNES, J. M. [1941]. The Financial Adviser to the British Government (Keynes) to the Assistant Secretary of State (Acheson). Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1941v03/d66?>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

KINDLEBERGER, C. 1973. *The world in depression (1929-1939)*. California: University of California Press.

KISSINGER, H. [1975]. Memorandum from Secretary of State Kissinger to All Regional Assistant Secretaries, Washington, October 16, 1975. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve14p1/d32>>. Acesso em: 11 ago. 2018.

MAIER, C. 1977. “The Politics of Productivity: Foundations of American International Economic Policy after World War II”. *International Organization*, v. 31, n. 4, pp. 607-33.

MANN, M. 2013. *The sources of social power: Volume 4, Globalizations, 1945-2011*. Cambridge: Cambridge University Press.

MARSHALL, G. [1947]. Remarks by the Honourable George C. Marshall Secretary of State, at Harvard University on June 5, 1947. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1947v03/d140>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

MAZUZAN, G. 1978. “America’s UN commitment: 1945-1953”. *The Historian*, v. 40, n. 2, pp. 309-30.

MESQUITA, P. E. 2013. *A Organização Mundial do Comércio*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão.

UNITED NATIONS. 1941. The Atlantic Charter. Nações Unidas, 2017a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1941-atlantic-charter/index.html>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

UNITED NATIONS. 1941. Declaration of the United Nations. 2017b. Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1942-declaration-united-nations/index.html>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

UNITED NATIONS. 1944-1945. Dumbarton Oaks and Yalta. Nações Unidas. 2017 c. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/history-united-nations-charter/1944-1945-dumbarton-oaks-and-yalta/index.html>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Press Release No. 944 Issued by the Department of State, December 19, 1945, Regarding the Signing of the Bretton Woods Agreements. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017 a. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1946v01/d717>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Memorandum Prepared in the Department of the Treasury. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017 b. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1958-60v04/d38>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Requirements for a secure US balance-of-payments position. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017 c. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v03/d76>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Paper Prepared in the Department of State. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017 d. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v03/d108>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Minutes of Secretary of State Kissinger’s Principals and Regionals Staff Meeting. Departamento de Estado dos Estados Unidos.



2017 e. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v31/d63>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE. Memorandum From the Under Secretary of State for Economic Affairs (Cooper) to Secretary of State Vance. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017 f. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1977-80v03/d225>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

RINALDI, P. N. 2015. “O papel da ONU na governança econômica global do pós-guerra”. *Idéias – Revista do Instituto de Filosofia de Ciências Humanas (UNICAMP)*, v. 6, n. 1, pp. 207-28.

RUGGIE, J. G. 1982. “International regimes, transactions, and change: embedded liberalism in the postwar economic order”. *International Organization*, v. 36, n. 2, pp. 379-415.

SHULTZ, G. [1972]. Statement by Secretary of the Treasury Shultz. Departamento de Estado dos Estados Unidos. 2017. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76v01/d122>>. Acesso em: 12 ago. 2018.

THE MARSHALL FOUNDATION. History of the Marshall Plan. 2017. Fundação Marshall. Disponível em: <<https://marshallfoundation.org/marshall/the-marshall-plan/history-marshall-plan/>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

VAN APELDOORN, B.; DE GRAAFF, N. 2016. *American Grand Strategy and Corporate Elite Networks: The Open Door since the end of the Cold War*. London and New York: Routledge.